

Apresentação

Stephen Grant Baines
Universidade de Brasília

Cristhian Teófilo da Silva
Universidade de Brasília

Os impactos de grandes projetos desenvolvimentistas têm sido o objeto de muitos estudos na Antropologia Social, sobretudo em casos da implantação destes projetos em territórios indígenas e de outras populações tradicionais. A invasão e ocupação de territórios indígenas apresentou uma nova frente agressiva a partir dos anos da ditadura militar no Brasil entre 1964 a 1985, com a construção de uma rede de rodovias na região amazônica visando à ocupação acelerada da região, com a implantação de usinas hidrelétricas e abertura de mineração em grande escala, em que muitos povos indígenas foram atingidos com consequências desastrosas (DAVIS, 1978). Um dos exemplos mais trágicos dessa época foi a construção da BR-174 (1970-1977) que atravessou o território tradicional do povo indígena Waimiri-Atroari reduzindo a população estimada entre dois e três mil indígenas nos anos 1960 a apenas 332 indivíduos em 1983 (BAINES, 1991) e a implantação da Usina Hidrelétrica Balbina pela Eletronorte e a Mina de Pitinga da Mineração Taboca S. A. no início dos anos 1980 por meio de manipulações cartográficas que desmembraram uma vasta área do território tradicional desse povo indígena para favorecer os interesses dessas duas grandes empresas.

A política indigenista do Programa Waimiri-Atroari se desenvolveu junto com a Constituição de 1988, e representa uma nova estratégia de grandes empresas de operar em terras indígenas (BAINES, 2004). No período do governo militar a estratégia de grandes empresas construtoras de hidrelétricas e de mineração industrial era de invadir terras indígenas, criando fatos consumados para depois legitimá-los, como fizeram a Eletronorte com a construção da Usina Hidrelétrica Balbina e a Mineração Taboca. A Constituição de 1988 exige a anuência dos povos indígenas e uma das estratégias das empresas tem sido a de se apoderar da administração indigenista para subordinar os indígenas a um programa indigenista em si subordinado às empresas, e eliminar o ingresso de antropólogos a essa Terra Indígena, para aliciar lideranças a



assinar acordos diretos, desmedidamente desiguais, entre as sociedades indígenas e as empresas.

Uma resposta do setor elétrico para procurar “mitigar” os impactos sociais da Usina Hidrelétrica Balbina junto ao povo indígena Waimiri-Atroari e o deslocamento forçado de aproximadamente um terço da sua população da área inundada pelo reservatório de Balbina, foi de implantar, a partir de 1987, tardiamente quando as obras da Usina já estavam adiantadas, o Programa Waimiri-Atroari, um programa integrado de ações indigenistas, que visa, por meio de campanhas publicitárias intensivas, produzir uma imagem pública positiva de uma grande Usina Hidrelétrica em uma Terra Indígena, incorporando lideranças indígenas nas suas campanhas publicitárias. Com recursos financeiros volumosos arrecadados pelo Programa de diversas fontes, inclusive de indenizações da empresa mineradora pela utilização de uma estrada particular que corta a Terra Indígena, os Waimiri-Atroari tornaram-se “ricos” comparados com outros povos indígenas da região.

No início dos anos 1990, a noção de “indigenismo empresarial” foi proposta por Baines (1993; 1995), após ter realizado 18 meses de pesquisa de campo para o doutorado na Terra Indígena Waimiri-Atroari, entre 1982 e 1985, e acompanhado as políticas do Programa Waimiri-Atroari desde então, para descrever o novo padrão de indigenismo que estava surgindo, atrelado diretamente aos interesses empresariais de grandes empresas dentro de Terras Indígenas, para examinar casos onde essas empresas assumiram os programas indigenistas.

A partir de casos específicos, examinavam-se estratégias de grandes empresas de privatizar o indigenismo do Estado no argumento de que uma empresa é mais bem organizada e tem mais recursos para financiar um programa indigenista do que o órgão indigenista. Outro exemplo do indigenismo empresarial, estudado por Teófilo da Silva (2010) é o Programa Avá-Canoeiro do Tocantins (PACTO) administrado pela empresa FURNAS que construiu a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa (Teófilo da Silva, 2010). A partir das ações do programa os Avá-Canoeiro, após sucessivos deslocamentos decorrentes, dentre outros fatores, do fechamento das comportas da represa da Serra da Mesa foram sedentarizados no interior da Terra Indígena Avá-Canoeiro no município de Minaçu. Sob as orientações do programa foi produzido um isolamento geográfico ou confinamento a partir da própria paisagem serrana e cerrada das margens do córrego Pirapitinga, onde foram erguidas as instalações tutelares. Este efeito de isolamento somente foi tornado possível pela conclusão das obras da represa



hidrelétrica, que levou à remoção do local dos acampamentos de trabalhadores da grande obra coadunada à retirada da maioria dos posseiros da área, ao mesmo tempo em que se promoveu a transferência dos Avá-canoeiro para a área do novo Posto Indígena. A tutela limitou, desse modo, a possibilidade de convívio dos Avá-Canoeiro com os regionais mais próximos, ao mesmo tempo em que passou a incentivar e a financiar o contato deles com indígenas de povos mais distantes, como os outros Avá-Canoeiro na Ilha do Bananal, os Tapirapé no Mato Grosso e os Krahó no Tocantins, conforme os termos do PACTO que objetivam assim “assegurar o crescimento demográfico dos Avá-canoeiro” a exemplo do Programa Waimiri-Atroari (PWA).

O PWA (Eletronorte/FUNAI), programa indigenista assistencialista criado e implantado a partir de abril de 1987, menos de seis meses antes do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica Balbina em outubro daquele ano, para “mitigar” os impactos da inundação de uma vasta área do território tradicional do povo indígena Waimiri-Atroari, é divulgado pela mídia como sendo um programa indigenista de grande sucesso (HART, 1991), quando não “uma revolução no indigenismo”. A própria Eletronorte apresenta seus programas indigenistas como sendo:

Considerados referência no Brasil e no mundo, os Programas têm o objetivo de minimizar os impactos provocados pelas usinas nas terras desses povos indígenas. Para isso, envolvem ações de educação, saúde, apoio à produção e proteção ambiental, de modo a resgatar seus direitos, tradições e dignidade (ELETROBRÁS, ELETRONORTE, 2013¹).

Em site de publicidade da Eletronorte, em uma tentativa de ressaltar as ações de “resgate cultural” do PWA e ao mesmo tempo a “produção agrícola” como medida de progresso e desenvolvimento valorizados pela sociedade nacional, afirma-se que:

Na produção observam-se grandes roças, estoque de animais para abate (peixes e gado) e total independência alimentar. Houve o resgate de todas as práticas culturais e de sua dignidade como povo indígena. Na educação são 21 escolas com 60 professores indígenas, 63,4% dos Waimiri Atroari alfabetizados e o restante em processo de alfabetização (IDEM).

¹ <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/indice.html>> Acesso em 25.06.2013.

O então supervisor do PWA, em trabalho apresentado em seminário acadêmico no Museu Nacional, UFRJ, afirma que,

O projeto inclui ainda a captação de recursos por meio da venda de artesanato indígena. Mantemos em Manaus uma loja exclusivamente para isso. Ademais, registramos a marca Waimiri-Atroari e obtemos recursos com a venda do direito de uso de determinados padrões e imagens, como por exemplo, a comercialização de pratos com gravuras indígenas tradicionais. Assim, há uma série de atividades paralelas à produção direta que auxilia seu processo de etnodesenvolvimento. (CARVALHO, 2002, p. 128).

Afirma-se que os programas indigenistas “têm como princípio básico o resgate cultural daqueles povos e a melhoria das condições de vida e de relacionamento das comunidades indígenas com a sociedade brasileira”². Financiado pelo Banco Mundial e por meio de royalties pagos pela Mineração Taboca S. A. pelo uso de uma estrada que corta o que restou da terra indígena após o desmembramento por decreto presidencial, em novembro 1981, de 526.800 hectares da Terra Indígena Waimiri-Atroari delimitada pelo Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa no início da década de 1970. Esse desmembramento, baseado em parecer de geógrafo de 1971 com manipulações cartográficas que mudaram, nos mapas do IBGE, o curso superior do rio Uatumã para um igarapé sem nome e a renomeação da parte superior do rio Uatumã como rio Pitinga.

Tentativas de encaixar programas do indigenismo empresarial como o PWA e o PACTO segundo a definição de “etnodesenvolvimento”, que conforme Rodolfo Stavenhagen significa que a etnia deve deter o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, sendo livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses, revelam mais uma distorção acionada pelos indigenistas dos programas, considerando as enormes desigualdades de poder e diferenças culturais entre povos indígenas e o “Estado”, onde a efetivação dessa “negociação” é pautada pela própria desigualdade. Ao discorrer sobre projetos de desenvolvimento, Lins Ribeiro comenta que, exemplos de projetos hidrelétricos “indicam que tais projetos favorecem grandes concentrações

² <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/programasIndigenas/indice.html>> Acesso em 25.06.2013.

econômicas nacionais e internacionais em detrimento das populações locais” (1991, p.28). Little cita como um dos perigos do etnodesenvolvimento, “o caso dos Waimiri-Atroari com a Eletronorte, no qual essa empresa mantém um monopólio quase completo sobre quem pode entrar na área e com quem o grupo pode contatar e negociar (BAINES, 1994)” (LITTLE, 2002, p. 47).

Levando em consideração as situações empíricas de contato interétnico muito complexas que envolvem grandes empresas e povos indígenas, João Pacheco de Oliveira chama atenção para a dificuldade de indicar,

um árbitro, a ser de comum acordo escolhido entre as partes (ou seja, índios e empresas). É uma situação difícil porque somente uma ou outra organização indígena no Brasil tem condições de dialogar, em par de igualdade, com interesses maiores (sejam governamentais ou privados) (OLIVEIRA, 2004:110).

O PWA, que surgiu de um convênio entre a Eletronorte e a Funai, estabeleceu-se como uma Organização Não Governamental (ONG) empresarial com escritório na sede da Eletronorte, empresa de capital mista, e os Waimiri-Atroari foram incorporados em seu programa assistencialista, que, a partir de 1987, assumiu o papel da FUNAI. Dessa forma, ocorreu uma privatização do indigenismo, dever do órgão indigenista, tornando os Waimiri-Atroari reféns do próprio programa ao subordiná-los a uma administração que em si é subordinada aos interesses do setor elétrico. O Programa exerce um controle absoluto sobre quem pode ter acesso aos Waimiri-Atroari, deixando-os encapsulados dentro da sua administração. Algumas lideranças waimiri-atroari foram incorporadas nas campanhas de publicidade da Eletronorte como porta-vozes dos interesses do Programa, em si atrelado à empresa (BAINES, 2000).

Uma estratégia adotada pelo PWA, desde sua inauguração em 1987 é de proibir qualquer pesquisa em antropologia junto aos Waimiri-Atroari que não seja subordinada ao próprio Programa, recorrendo, inclusive, a campanhas caluniosas e mentirosas, para impedir qualquer informação que possa questionar o monopólio do Programa em suas campanhas publicitárias que mostram que programas assistencialistas podem não só mitigar os impactos de grandes usinas hidrelétricas em terras indígenas, mas também “salvar povos indígenas da extinção”. Essa preocupação antecede o Programa, pois desde o início dos anos 1980, o Exército se empenhou em

tentar eliminar todas as críticas à atuação de grandes empresas na Terra Indígena Waimiri-Atroari, sobretudo as críticas que vêm de antropólogos e ambientalistas (BAINES, 1991).

No caso dos Waimiri-Atroari, a atuação do Programa, por meio de campanhas intensivas de publicidade, tem sido de monopolizar todas as informações sobre esse povo indígena e controlar o acesso a informações que eles têm, mantendo-os sob a tutela de uma administração paternalista e autoritária, uma continuação do regime da antiga Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA) (1970-1987) de o governo militar. Neste caso, o poder econômico da Eletronorte e da Mineração Taboca operam com aporte governamental.

As lideranças waimiri-atroari, desde o início da década de 1980 foram doutrinadas com campanhas de ideologia desenvolvimentista imposta pelos dirigentes da Frente de Atração Waimiri-Atroari (1970-1987) (BAINES, 1991). A partir de 1987, o PWA tem reforçado essa ideologia dentro de uma atuação indigenista que está sendo usada como propaganda para convencer a opinião pública que grandes Usinas Hidrelétricas e povos indígenas podem “dar certo”, censurando pesquisas antropológicas nessa Terra Indígena para evitar qualquer possibilidade de uma avaliação independente. A preocupação em divulgar imagens de resgate cultural e tradicionalismo junto com produção, promovidos pela administração, estão sendo usados para transmitir uma imagem de um “etnodesenvolvimento que respeita a cultura indígena” (BAINES, 1995).

Os Waimiri-Atroari, após ter passado por uma longa história de colonização violenta e epidemias que dizimaram sua população, e frente uma administração autoritária e paternalista que controla seu acesso a bens industrializados, às lideranças waimiri-atroari é imposta a única alternativa de aprender as regras do jogo do Programa Waimiri-Atroari. Qualquer possibilidade de autonomia ou ativismo político indígena está circunscrita pelo indigenismo empresarial (BAINES, 1993; 1995) deste Programa, que mantém os Waimiri-Atroari como porta-vozes do próprio Programa.

Apesar das tentativas do seu então supervisor de apresentar o Programa na mídia como "indigenismo alternativo", a incorporação dos líderes Waimiri-Atroari na sua administração não constitui de maneira alguma "o surgimento de uma comunidade de comunicação e de argumentação", criada no processo de “planejamento, execução e avaliação”, destacado por Rodolfo Stavenhagen (1985)"

(CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994: 24-25), no seu conceito de etnodesenvolvimento. Nem assegura a possibilidade da efetivação das relações interétnicas em termos simétricos como a Eletronorte quer fazer aparecer nos seus filmes publicitários e propagandas. Ao contrário, as imagens dos líderes Waimiri-Atroari divulgadas pela Eletronorte através da mídia mascaram as relações sociais desmedidamente assimétricas estabelecidas por uma administração indigenista que subordina os índios aos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação, e os incorpora a sua política publicitária. A empresa vem construindo imagens de um programa modelo de indigenismo, com a mensagem implícita ao público de que os efeitos nocivos de grandes usinas hidrelétricas em áreas indígenas podem não apenas ser contornados, mas revertidos em benefícios para os índios através de programas indigenistas assistencialistas. Desta maneira, a empresa alinha a ação compensatória do seu Programa com a política energética para a expansão de usinas hidrelétricas na Amazônia, que atingirão outras terras indígenas.

As concessões, por parte do governo, de “autodeterminação” aos povos indígenas, junto com cortes em recursos para projetos sociais de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, criam situações em que os indígenas terão poucas opções a não ser negociar diretamente com grandes empresas que têm interesses econômicos em suas terras. A estratégia das próprias empresas é de criar mecanismo que permitem acordos diretos, embora desmedidamente desiguais, com as lideranças indígenas para fornecer indenizações e programas assistencialistas em troca da exploração predatória dos recursos naturais dos povos indígenas. Assim se pretende criar caminhos para a exploração dos recursos minerais e hídricos, além de outros grandes projetos desenvolvimentistas, em terras indígenas “dentro da Lei” respaldada numa retórica de autodeterminação indígena e que concilia também exigências ambientalistas para desenvolvimento “sustentável” ou “etnodesenvolvimento”. Os indígenas se encontram encapsulados em programas indigenistas autoritários, subordinados diretamente aos interesses de grandes empresas, onde o “sofrimento social” (ZHOURI et al 2016) a que estão sujeitos é silenciado. O conceito de sofrimento social “permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social” (ZHOURI et al 2016, p. 38). No caso dos Waimiri-Atroari, a estratégia dos “capitães” – incorporados a um programa indigenista autoritário que perpetua o modelo tutelar de

indigenismo atrelado a interesses empresariais, característico da política indigenista governamental durante o período da ditadura militar (1964-1985) – tem sido a de aprender as regras do jogo de um indigenismo empresarial que escamoteia as relações sociais desmedidamente assimétricas em que os indígenas estão inseridas. As novas lideranças, promovidas pela administração indigenista, assumem simulacros de autonomia e etnodesenvolvimento, ao apresentar uma retórica de autonomia e revitalização cultural, encenada em vídeos propagandísticos conforme exigidos delas pela administração, na qual estão incorporadas em cargos subalternos.

Passados mais de 25 anos desde o surgimento da noção de “indigenismo empresarial”, as estratégias de grandes empresas que têm interesses econômicos em territórios indígenas se diversificaram, em situações muito diversas. Enquanto povos indígenas como os Waimiri-Atroari e os Avá-Canoeiro, sobreviventes de longas histórias de massacres e epidemias, encontravam-se em situações de extrema vulnerabilidade, outros povos indígenas com histórias muito diversas do contato interétnico com a sociedade nacional, adotaram outras estratégias para lidar com os impactos de grandes projetos desenvolvimentistas

Neste dossiê, o trabalho de Elaine Rocha focaliza a Usina Hidrelétrica de Itaipu, inaugurada em 1982, e as questões enfrentadas pela população atingida com o desvio do rio Paraná, com a transferência forçada dos Avá-Guarani do Ocoí. O trabalho é uma releitura da pesquisa feita como parte de estudos para o mestrado em história, concluído em 1995, trazendo novas fontes e novas propostas analíticas que surgiram ao longo dos últimos 25 anos. A autora ressalta que o ano de 1978 marca uma mudança radical na política brasileira, com a ascensão dos movimentos populares, entidades políticas e o movimento indígena que resultaram na nova Constituição Brasileira de outubro de 1988. Rocha usa Foucault para perguntar, a partir da análise das relações de dominação, como que o sujeito dominado foi construído, analisando as relações de dominação em seus múltiplos aspectos, e levando em consideração especificidades e reversibilidades e como vários sistemas operativos de dominação apoiam-se uns nos outros, para entender o processo que culminou com a inundação do território tradicional dos Avá-Guarani do Ocoí.

O texto de Castilla, Varisco e Valverde, analisa a aplicação de diversas políticas de intervenção na região da Norte da Patagônia e no norte da Província do Chaco, Argentina, a partir do financiamento de organismos de desenvolvimento, tanto públicos como privados, que se destinam aos povos originários Mapuche e Qom

respectivamente. Abordam esta questão a partir de um enfoque etnográfico e comparativo entre as duas regiões e os dois povos indígenas para buscar analisar de que maneira os povos indígenas conseguiram ter uma crescente visibilidade em relação às suas demandas e direitos frente às imposições e condições dos organismos do governo nacional e dos governos provinciais e locais na implantação desses projetos. Os autores ressaltam a importância que tem a análise das políticas de intervenção, como parte da dinâmica da identidade, das demandas e da transcendência que possuem os povos indígenas como parte da sociedade argentina e latino-americana.

A contribuição de Teófilo da Silva e Sobreiro examina a expansão espacial do capitalismo na Amazônia brasileira a partir do caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e o futuro territorial dos Awá-Guajá. O artigo parte da premissa de que empresas mineradoras se constituem como potentes forças colonizadoras, extrapolando constrangimentos nacionais ou “internos” para implementar seus projetos extrativistas valendo-se de recursos variados para corromper os mecanismos ou instrumentos legais e institucionais criados para sua contenção. A partir daí, o artigo busca situar as intervenções retóricas da empresa multinacional Vale S.A. no processo de duplicação da Estrada de Ferro Carajás o qual está, por sua vez, inserido no processo mais amplo de expansão espacial do capitalismo na Amazônia brasileira. Depreende-se da descrição uma faceta do *modus operandi* da Vale S.A. no âmbito do processo administrativo de licenciamento ambiental para ampliar sua infraestrutura e lucratividade com seus efeitos perversos para a sobrevivência de povos e populações locais, a exemplo dos Awá-Guajá, e preservação ambiental.

O texto de Lapola e Repetto estuda o caso do povo indígena Wai Wai da comunidade Jatapuzinho, na parte da Terra Indígena Trombetas Mapuera que se localiza no estado de Roraima, frente a grandes projetos desenvolvimentistas. Após serem convertidos a uma religião evangélica por missionários americanos na década de 1950, os Wai Wai sofreram os impactos da construção da estrada Perimetral Norte na década de 1970, que chegou a penetrar na Terra Indígena, apesar de ter sido abandonada, além da sua inserção no mercado extrativista da castanha. O texto analisa os impactos que a Hidrelétrica de Jatapu, embora localizada fora da terra indígena e a montante dos seus limites, no rio do mesmo nome, impacta de diversas formas a vida das comunidades indígenas, as quais se sentem afetadas pela hidrelétrica sem ter recebidos medidas mitigadoras. Os autores frisam que esta

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.31059

hidrelétrica continua a ser mais uma bandeira desenvolvimentista, uma promessa eleitoral e um discurso vazio para os Wai Wai, enquanto os agentes do Estado não querem escutar e nem dialogar com os indígenas que são seletivos quanto aos discursos que querem aceitar e acreditar.

O texto de Iberê e Baines, a partir de uma dissertação de mestrado e livro de Iberê, pretende aprofundar estudos e análises sobre os efeitos das implantações de grandes projetos “desenvolvimentistas”, alinhavados às diretrizes da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sobre os Povos e Territórios Indígenas na sub-região vinculada à política do Eixo de Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, onde se realizam as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. As constantes denúncias sobre as ameaças que pairam sobre os indígenas na Amazônia revelam a naturalização da violência e o descaso com que esse tema tem sido tratado pelo governo brasileiro e pelas empresas interessadas nos grandes projetos hidrelétricos. A Palavra M’baraká constitui “o modo de ser” Guarani, em livre tradução, seu significado é A Palavra que Age, seu conteúdo é luta. O que torna possível uma aproximação conceitual ao arcabouço teórico da pesquisa-ação. O trabalho pretende perceber no discurso oficial dos fomentadores desses projetos “desenvolvimentistas”, possíveis estratégias geradoras de um consenso em torno da ideia de “desenvolvimento regional” e fortalecimento do mercado. O trabalho elenca as formas de resistência dos movimentos indígenas frente às políticas da IIRSA, e à criação das hidrelétricas, de modo particular; desenvolver material de pesquisa que possa fomentar a resistência indígena nos processos de embate e defesa de seus Direitos.

Os trabalhos aqui reunidos neste dossiê atestam a importância da noção de “indigenismo empresarial” para seguir interpretando criticamente a persistência e diversificação de situações extremas para a sobrevivência ou a autonomia dos povos indígenas diante da expansão do capitalismo neoliberal e suas empresas. Esperamos que estes trabalhos contribuam para o aprofundamento da reflexão sobre os riscos impostos ao futuro de povos, comunidades, ambientes e da própria sociedade nacional diante de empreendimentos capitalistas extrativistas e geradores de energia.

Referências bibliográficas

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.31059

- BAINES, Stephen G. 1991. "É a FUNAI que sabe": a Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PA.
- BAINES, Stephen G. 1993. "O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial." *Ciências Sociais Hoje*, 1993:219-243.
- BAINES, Stephen G. 1994. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. *Série Antropologia* 166, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- BAINES, Stephen G. 1995. "Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial." *Anuário Antropológico* /94:127-159.
- BAINES, Stephen G. 2000. "Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia." *Revista de Antropologia*, 43:141-163.
- BAINES, Stephen G. 2004. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas*, ano 8, volume 15(2): 29-46.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1994. "O movimento dos conceitos na antropologia." *Revista de Antropologia*, 36:13-31.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2004. "O mal-estar da ética na antropologia prática." In VÍTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M.E.; ORO, A.P. (orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, pp. 21-32. Niterói: EdUFF/ABA.
- CARVALHO, José Porfírio, Projeto Waimiri-Atroari – Eletronorte. 2002. In Souza Lima, Antônio Carlos de; Barroso-Hoffmann, Maria, (orgs.) *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*, Rio de Janeiro: LACED; Contra Capa Livraria, p.127-129.
- DAVIS, Shelton H. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Trad. Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- HART, Cherie, A Brazilian Tribe Escapes Extinction: Waimiri-Atroari are on a journey towards survival. *World Development, Special Report, Aiding remote peoples*. UNDP 4(2), p. 15-18.
- LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 2004. "Uma tentativa de reversão da tutela (e não da sua superação)." In VÍTORA, C.; OLIVEN, R.G.; MACIEL, M.E.; ORO, A.P. (orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, pp. 105-111. Niterói: EdUFF/ ABA.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1991. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero/ ANPOCS.

Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n2.2018.31059

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. *Anuário Antropológico*/ 84. Brasília: Rio de Janeiro, UnB: Tempo Brasileiro, p. 13-56.

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian. 2010. *Cativando Maíra: a sobrevivência dos índios Avá Canoeiros no Alto Rio Tocantins*. São Paulo: Annablume.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma Valencio; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. 2016. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, vol .68 no.3 São Paulo July/Sept. p.36-40. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012 Acesso em 03/05/2018.